

Dia Mundial pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas

“MISA – Moçambique” diz que Ministério Público é usado pelo regime para perseguir jornalistas

Maputo **Canalmoz** – O “MISA – Moçambique” emitiu um comunicado por ocasião do Dia Mundial pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, que se assinalou ontem, 2 de Novembro. O MISA pinta

um cenário negro sobre a liberdade de imprensa em Moçambique, destacando raptos e torturas de jornalistas, ameaças e ataques contra instalações de órgãos de comunicação social, perante a apatia total das auto-

ridades do Estado. Diz que o regime está a usar o Ministério Público para perseguir jornalistas, através de processos-crime, como está a acontecer com o editor executivo do “Canal de Moçambique”, Matias Guente.

“Contrariamente ao papel que deveria ser assumido pelo Ministério Público na investigação de casos de violação da liberdade de Imprensa, o MISA nota que é através desta mesma instituição que individualidades políticas e empresariais influentes perseguem jornalistas, através da abertura de falsos processos-crime”, lê-se num comunicado do “MISA – Moçambique”, a cuja cópia o **Canalmoz** teve acesso.

O MISA afirma que todos os casos de raptos, ameaças e violência física contra jornalistas que foram reportados às autoridades nunca tiveram um desfecho. “Não há protecção do Estado sobre as vítimas. Até hoje, por exemplo, não se conhecem os resultados da investigação sobre o caso que envolveu o rapto e se-
vícias contra o jornalista Ericino de Salema, em 2018, assim como do desaparecimento do jornalista Ibraimo Mbaruco, ocorrido no dia 7 de

Abril de 2020, em Palma, na província de Cabo Delgado”, diz o MISA.

Segundo o MISA, um dos casos mais notáveis de uso do Ministério Público para perseguir jornalistas ocorreu este ano, na cidade da Beira, onde jornalistas foram detidos sem fundamento e injustamente por procuradores actuando a mando de um empresário e chefe político local. Na cidade de Maputo, a Procuradoria local continua a insistir num caso em que os tribunais ilibaram o economista Carlos Nuno Castel-Branco e o editor do “Mediafax”, Fernando Banze, acusados de crime contra a segurança do Estado, por terem exercido o seu direito à opinião numa crítica à governação de Armando Guebuza, quando ocupava o cargo de Presidente da República.

Em meados deste ano, o editor executivo do “Canal de Moçambique”, Matias Guente, foi constituído arguido por o seu jornal ter exposto o con-

trato entre, por um lado, o Ministério da Defesa e o Ministério do Interior e, por outro lado, a empresa petrolífera “Total”, alegadamente por ter publicado informação confidencial.

“Ao comemorar-se o Dia Mundial da Luta Pelo Fim da Impunidade dos Crimes Contra Jornalistas, o MISA – Moçambique junta-se às diversas vozes num apelo para que o Estado Moçambicano empreenda acções concretas para o esclarecimento destes casos, assim como a criação de medidas concretas para a protecção dos jornalistas, sobre tudo os que trabalham em ambientes de risco”, pode ler-se no comunicado que temos vindo a citar.

O Dia Mundial pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas foi adoptado pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 2013, através da Resolução A/RES/68/163, com o objectivo de garantir que os países-membros tomem medidas urgentes

para contrariar a prática de impunidade contra os autores morais e materiais dos crimes contra os jornalistas.

As Nações Unidas emitiram um comunicado por ocasião Dia Mundial pelo Fim da Impunidade dos Crimes contra Jornalistas, em que afirmam que as reflexões sobre esta data devem incluir a necessidade de os Estados criarem um ambiente favorável

para que os jornalistas realizem o seu trabalho de forma independente e sem qualquer interferência externa.

O secretário-geral das Nações Unidas, António Guterres, aponta a relevância dos esforços que devem ser feitos ao nível de todos os Estados para a protecção dos jornalistas.

“Se não protegermos os jornalistas, a nossa capacidade de nos

mantermos informados e tomarmos decisões baseadas em evidências vai ser severamente prejudicada. Quando os jornalistas não podem fazer o seu trabalho em segurança, perdemos uma importante defesa contra a doença de desinformação que tem vindo a espalhar-se no contexto ‘online’”, afirma o secretário-geral das Nações Unidas. **(Fugénio da Câmara)**